

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://revistas.usp.br/flp/article/view/134244>

DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v20i1p61-76

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2018 by USP/FFLCH. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Competência morfológica e gênese histórica: limites entre diacronia e sincronia*

Morphological competence and historical genesis: boundaries between diachrony and synchrony

Maurício Resende**

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Resumo: O presente trabalho advoga em favor de uma releitura de algumas operações morfológicas do português ancorando-se em uma abordagem sincrônica, mas levando em conta alguns aspectos da gênese histórica das palavras (ou seja, diacrônicos) sob a forma de um traço de categoria [±ERUDITO]. Para tanto, este trabalho discute características epistemológicas e metodológicas das linguísticas sincrônica e diacrônica com vistas a tornar essa interface possível. Em seguida, este artigo tece considerações a respeito do papel do latim na composição do léxico português tanto como língua-mãe quanto como língua de adstrato permanente. Finalmente, este trabalho analisa o comportamento morfológico dos sufixos *-al*, *-ar* e *-(i)dade* com o intuito de demonstrar a aplicabilidade da análise defendida. Em suma, o presente artigo defende que, ao conceber que a formação de palavras é sensível a aspectos da gênese histórica do léxico, é possível fornecer explicações de uma maneira mais elegante e sistemática para uma série de fenômenos tratados como idiossincráticos.

Palavras-chave: Linguística Diacrônica. Gênese Histórica. Morfologia. Léxico do português.

FLP 20(1)

Abstract: This paper proposes a review of some Portuguese morphological processes relying on a synchronic approach, but taking into account some aspects from the historic genesis of words (that is, diachronic ones) under the form of the [±ERUDITE] feature. Thus, the present work discusses epistemological and methodological characteristics of both synchronic and diachronic linguistics, aiming at making this interface workable. Afterward, this paper makes some remarks on the role of Latin in the composition of Portuguese lexicon as both mother-language and adstratum-language. Finally, this work analyzes the morphological behavior of three Portuguese suffixes – *-al*, *-ar* e *-(i)dade* – in order to show the applicability of the proposed analysis. In short, this paper argues that, by considering that word formation is sensitive to historic genesis aspects, it is possible to provide explanations in a more elegant and systematic way for a range of phenomena, treated as idiosyncratic.

Keywords: Diachronic Linguistics. Historical Genesis. Morphology. Portuguese Lexicon.

* Agradeço ao Mário Viaro, à Alina Villalva e, mais especialmente, ao Emílio Pagotto pela leitura de versões anteriores deste trabalho e por suas sugestões e comentários. Um agradecimento especial também ao Rodolfo Ilari pelas conversas sobre diacronia e por seus apontamentos neste artigo; contudo, qualquer problema ou inadequação que tenha eventualmente permanecido é de minha inteira responsabilidade.

** Doutrando em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil; mauricio_resende@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cisão entre diacronia e sincronia é muito antiga dentro dos estudos linguísticos¹, e a instituição dessa dicotomia (firmada pelo próprio Saussure) tem levado os linguistas não somente a adotarem metodologias de pesquisa (e de análise) distintas, mas também a se inscreverem em diferentes campos de investigação dentro da Linguística. Uma das principais asserções que fundamenta a separação entre linguística sincrônica e diacrônica é a de que a compreensão do desenvolvimento histórico-linguístico de uma dada língua ao longo do tempo não é suficiente (e, às vezes, nem mesmo necessária) para explicar os fenômenos linguísticos dessa mesma língua em um recorte sincrônico.

Em outras palavras, a apreensão dos fenômenos linguísticos em diferentes momentos históricos assim como a consciência de estágios anteriores de uma dada língua estariam ausentes da competência linguística do falante nativo dessa mesma língua na sincronia; no entanto, alguns estudos mais recentes (sobretudo no âmbito da Morfologia) têm chamado a atenção para o fato de que a estrutura interna das palavras não somente espelha suas raízes históricas, mas também reflete as tendências evolutivas da língua.

Mais especificamente, ainda que, no plano sincrônico, o falante nativo não tenha conhecimento explícito e consciente a respeito de estágios anteriores da língua ou da origem das palavras, não é totalmente verdade que a sua competência linguística não dispõe de algum tipo de informação diacrônica ou de gênese histórico-lexical que incide sobre sua criatividade/produtividade/intuição linguística, principalmente nos domínios da morfologia.

A ideia de que a competência morfológica do falante contém algum tipo de informação que é sensível a estágios anteriores da língua não é nova. Câmara Jr. (1970), com vistas a explicar a ocorrência de três formas plurais (-ãos, -ães e -ões) para um única estrutura singular em -ão, lança mão de uma “forma teórica” (que, *grasso modo*, reflete a forma que um dado radical tinha em português arcaico – fruto da evolução de estruturas latinas) que descreve de maneira sistemática a relação entre o singular e a sua forma de plural.

A respeito disso, contudo, duas coisas devem ficar claras. Primeiramente, Câmara Jr. (1970) não trata essa forma teórica no mesmo sentido que a presente análise; na verdade, o autor afirma, inclusive, que este é um fenômeno sincrônico e que não se relaciona com a história derivacional/flexional da língua. A relação com a diacronia é estabelecida no presente trabalho. Em segundo lugar, nem todos os autores tratam a questão dos plurais em -ão (sobretudo diacronicamente) na alçada da morfologia; alguns, diferentemente, abordam-na no âmbito da fonética/fonologia;

¹ Agradeço igualmente a um dos pareceristas anônimos por me lembrar que a pancronia já é um conceito plenamente aceito dentro de abordagens funcionalistas – cf., por exemplo, Neves (1997); contudo, o objetivo central deste artigo é explorar, sobretudo, a relação entre a ‘forma’ das palavras e a competência morfológica/linguística do falante nativo; assim, nessa perspectiva, uma abordagem biopsicologizante da linguagem me parece muito mais adequada. De todo modo, comparar diferentes abordagens para esse fenômeno iria muito além dos propósitos deste estudo, ainda que deva ficar claro que a abordagem defendida neste trabalho não é a única possível – cf., por exemplo, Gonçalves (2016) para uma análise dentro da Morfologia Construcional.

esse é o caso, por exemplo, de Williams (1961) e de Mattos-e-Silva (2006).

Adicionalmente, no domínio da morfologia derivacional, Rocha (1998) (entre outros) faz referência à “lexicalização rizomórfica” (e/ou “rizomorfêmica”) que respeita à duplicidade de formas, uma presa (equivalente a um estágio anterior da língua) e outra livre, que um mesmo radical apresenta no cotejo da formação de palavras – o que pode ser visto nos pares *boca/bucal*, *cabelo/capilar*, *maduro/imaturo* etc.

Paralelamente a esses casos, Rio-Torto (2014) entende que as condições etimológicas e/ou históricas regem algumas combinações preferenciais entre componentes marcados com o traço [+ERUDITO] em contraste com combinações com o traço [-ERUDITO]; sob essa perspectiva, a autora mostra que existem certas estruturas morfológicas que são compatíveis com radicais (ou afixos) eruditos (isto é, refletem a forma latina – e/ou grega), tais como *arbóreo*, *vinicultura*, *dulcificar*, ao lado de estruturas que combinam preferencialmente bases e afixos nativos, ou seja, com o traço [-ERUDITO], como em *arvoredo*, *vinhedo* e *adoçante* respectivamente.

Dadas essas considerações, o objetivo deste estudo é analisar de uma maneira mais sistemática se, de fato, a gênese histórica e/ou etimológica das peças morfológicas do léxico português preconiza algum tipo de estrutura (ou impõe algum tipo de restrição) sobre as operações morfológicas subjacentes à competência linguística do falante nativo na sincronia. Para tanto, o presente trabalho primeiramente faz uma breve retomada do percurso histórico do léxico do português – atentando para o papel do latim na sua formação, em diferentes momentos – e, em seguida, analisa o grau de compatibilidade de algumas estruturas morfológicas do português, discutindo se a duplicidade de formas das peças morfológicas está, de fato, lexicalizada – como defende Rocha (1998).

FLP 20(1)

2 O LATIM NA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS

De maneira geral, “latim” é, na verdade, um rótulo que recobre diversas variedades linguísticas presentes e atuantes na constituição do Império Romano e, debruçar-se sobre a formação histórica da língua portuguesa requer atenção especial para duas dessas variedades, quais sejam, o *latim clássico* e o *latim vulgar*. Esta diz respeito à língua falada pelo povo, língua vernácula da maioria da população romana, com pouquíssimos e fragmentados registros escritos, além de ser a variedade empregada como língua de dominação, isto é, aquela levada pelos soldados aos povos conquistados. Em oposição, aquela era uma língua artificial, reservada à escrita da elite – sobretudo à escrita literária – e consistia em uma variedade linguística monitorada e não dinâmica, com preocupação estética.

No âmbito dos estudos de linguística românica, afirma-se consensualmente que a variedade que deu origem ao português – e às outras línguas românicas – foi a do latim vulgar, mediante transmissão oral, seja por situações de dominação seja por instâncias de aquisição da linguagem (como primeira ou segunda língua). Naturalmente, em uma visão macroscópica, com o passar dos séculos, uma língua transmitida oralmente, não assegurada por uma variedade escrita e sujeita tanto a constantes influências linguísticas de contato com diferentes línguas quanto a instabilidades territoriais acabou por fomentar a formação de muitos dialetos de tal sorte que, em um dado momento, essa dialeção ensejou o surgimento de falares

intercompreensíveis entre si, o que culminou na formação de novas línguas.

Além disso, em paralelo ao desenvolvimento linguístico do latim vulgar, a variedade clássica exerceu influência ímpar na constituição do português em diferentes momentos históricos, sobretudo por ter se conservado como uma variedade linguística sinônima de cultura, prestígio e poder. Assim, consensualmente considerado como língua de adstrato permanente, o latim clássico – ao lado do grego – serviu (e continua servindo) tanto de fonte de radicais e afixos quanto de molde para as estruturas morfológicas do português, sobretudo para cunhar palavras que nomeiam técnicas e objetos relacionados aos campos tecnológico e científico, tais como *bicicleta*, *mamífero* etc.².

Na verdade, as formas latinas reinseridas aparecem na língua tanto na forma de novos vocábulos para designar novos objetos, tais como *óculos* (em plena convivência com *olhos* – forma hereditária da própria palavra latina) quanto na substituição de formas vernáculas por latinizadas, por serem estas mais prestigiadas; dentre elas, como exemplifica Teyssier (1997), *digno* (substituindo *dino*) e *crônica* (sobrepondo-se a *coronica*).

A produtividade de formas eruditas, isto é, aquelas que apresentam a forma latina clássica, e semieruditas, as que representam um estágio arcaico do português, mais próximo à forma latina (como *mágoa*, diacronicamente entre *mácula* e *mancha*), também se deu no âmbito da morfologia, principalmente por meio de empréstimo de radicais latinos – mas também gregos – encontrados em palavras como *internacional* e *televisão*, por exemplo.

A despeito disso, é interessante notar que mesmo que a introdução de formas eruditas (isto é, latinas e gregas) tenha sido feita conscientemente, elas parecem estar sujeitas a algum tipo de restrição morfológica sensível à competência lexical do falante nativo; em outras palavras, mesmo que o empréstimo das formas latinas tenha tido motivações externas à língua, existem não somente restrições inerentes à produtividade morfológica que pesam sobre a combinação dessas peças, mas também formas que refletem estágios anteriores da língua e que continuam atuantes na competência linguística sincrônica – mais visivelmente nos processos morfológicos derivacionais.

Em síntese, metodologicamente, é possível subdividir as peças morfológicas (radicais, afixos etc.) que compõem o léxico português em dois grupos: um cujos itens apresentam uma forma latina (ou grega) – que respeita fenômenos morfofonológicos gerais – inseridos na língua por meio de empréstimo das variedades clássicas, e portanto, dispõem de um traço [+ERUDITO] e outro, cujos componentes são fruto da evolução linguística do latim vulgar (ou de empréstimos de

² O crescimento exponencial do léxico do português, inspirado nas línguas clássicas, deu-se principalmente a partir do século XVI, com as tendências gerais do Renascimento, e a partir do século XIX para acompanhar a ascensão científica, tecnológica, artística e cultural brasileira, impulsionada pela instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

outras línguas) e que, então, apresentam um traço [–ERUDITO]. E é, sobretudo na manipulação desses dois traços que reside o interesse da presente análise³.

3 O TRAÇO [±ERUDITO]

No bojo da produtividade morfológica e lexical, o que os linguistas (mas também os gramáticos) têm chamado de formas nativas – ou seja, com o traço [–ERUDITO] – são aquelas que entraram na língua por meio do patrimônio linguístico hereditário, mediante uma evolução morfofonológica, tais como *lobo*, *vida* e *água*; por sua vez, as formas eruditas são aquelas que contêm radicais ou afixos latinos (e/ou gregos) introduzidas na língua por meio de empréstimos e, por essa razão, apresentam formas que são encontradas também em estágios anteriores da língua, coexistindo inclusive com as estruturas que lhes são derivadas como *fiel/fidelidade*, *regra/regular*, *chuva/pluvial*; e igualmente, *intermédio/entrever*, *paranaense/inglês*, *amplitude/gratidão* etc.

No que toca às combinações das peças morfológicas eruditas e nativas para a formação de palavras do português, como já antecipado, Rio-Torto (2014) alega que algumas bases e alguns afixos do português são marcados com o traço [+ERUDITO]; como mostra a coluna em (1a), *arbor-*, *dulc-*, *rad-*, *vin-* e *vit-* têm uma configuração [+ERUDITO]; em oposição, na coluna (1b), *arvor-*, *doc-*, *raiz-*, *vinh-* e *vidr-* constituem os mesmos radicais⁴, mas em uma configuração nativa, isto é, de traço [–ERUDITO].

- (1) (a) *arbor-* (*arborizar*)
 dulc- (*dulcificar*)
 rad- (*radícula*)
 vin- (*vinicultura*)
 vit- (*vítreo*, *vitrificar*)
 (b) *arvor-* (*arvoredo*)
 doç- (*doçura*)
 raiz- (*raizame*)
 vinh- (*vinhedo*)
 vidr- (*vidrado*, *vidro*)

FLP 20(1)

Adicionalmente, Rio-Torto mostra que bases marcadas com [+ERUDITO] se combinam preferencialmente com afixos marcados com o mesmo traço; por outro lado, bases nativas preferem se adjungir a afixos igualmente não eruditos. A autora usa o exemplo do sufixo agentivo [–ERUDITO] *-ão*, que só se adjunge a radicais que carregam o mesmo traço, tais como *chorão*, *fujão*, *respondão* e, do contrário, não é compatível com radicais e/ou afixos (por exemplo, *-iz-* e *-ific-*) com o traço [+ERUDITO], como em **hibernão*, **latinizão*, **solidificação*.

³ Na verdade, é coerente reconhecer que esta exposição simplifica muito a discussão a respeito do estatuto desse traço na competência linguística do falante. Por questão de escopo e de espaço, esta hipótese simplesmente admite que o traço [±ERUDITO] compõe um dos aspectos da gramática periférica do falante (em oposição à gramática nuclear), nos termos de Kato (2013).

⁴ Em virtude disso, alguns autores têm chamado essas bases de “doublets”.

Pondo de lado os casos em que parece existir algum tipo de restrição entre peças morfológicas que provêm de diferentes estágios da língua e/ou de momentos histórico-lexicais distintos, alguns trabalhos têm sugerido que existem restrições morfológicas que pesam sobre a compatibilidade entre bases e afixos de diferentes línguas, ainda que dentro do mesmo recorte sincrônico – em última análise, de diferentes filiações linguísticas.

Rio-Torto (2014) comenta que as línguas germânicas são caracterizadas pela coexistência de um fundo greco-latino e de um fundo germânico que funcionam disjuntivamente em muitos aspectos, sobretudo no que toca a recursos e padrões derivacionais. Como assume a autora, o sufixo latino *-itate*, por exemplo, (*-ity* em inglês, *-iteit* em neerlandês) seleciona somente bases não nativas (no caso, não germânicas) como *absurdity* e *stability* (em inglês) e *absurditeit* e *stabiliteit* (em neerlandês); por outro lado, a adjunção desse sufixo a bases nativas (ou seja, germânicas) gera estruturas agramaticais como **greenity* (do inglês) e **groeniteit* (do neerlandês).

Sob essa mesma perspectiva, Brinton (1995) atenta para a incompatibilidade (e/ou preferência) que existe entre a natureza das bases verbais do inglês e o recurso morfológico empregado na formação dos seus nomes deverbais correspondentes; para a autora, bases verbais nativas revelam preferência pelo sufixo Ø, como em *[love]_V/[love]_N*, *[walk]_V/[walk]_N*, *[work]_V/[work]_N* e *[laugh]_V/[laugh]_N*, ao passo que bases verbais fruto de empréstimo se combinam melhor com sufixos latinos, o que pode ser observado em *[communicate]_V/[communication]_N*, *[move]_V/[movement]_N*, *[prefer]_V/[preference]_N* e *[discover]_V/[discovery]_N*.

A despeito dessa característica, convém notar que mesmo nomes deverbais que aparecem com sufixo Ø em português, tais como *exame* e *renúncia*, aparecem com sufixo latino em inglês: *examination* e *renunciation*. Naturalmente é sabida a influência francesa sobre o léxico inglês, porém, nem sempre os recursos nominalizadores coincidem nessas duas línguas, como pode ser visto em *exam* e *renoncement* para os casos referidos, o que é um indício de que o empréstimo de um radical (ou de uma base) não garante que os processos derivacionais posteriores a ele sejam, *mutatis mutandis*, os mesmos.

Dadas essas considerações, não é equivocado afirmar que os processos morfológicos das línguas parecem, de fato, estar sensíveis a traços históricos e etimológicos e que, portanto, algum tipo de informação diacrônica deve estar presente na competência linguística do falante nativo, ainda que ele não esteja plenamente consciente disso.

4 EXIGÊNCIA MORFOLÓGICA DO TRAÇO [+ERUDITO]

Como já afirmado, o presente trabalho parte da hipótese de que determinados processos morfológicos são sensíveis à natureza erudita da peça morfológica (base, radical ou afixo) que serve de base para a aplicação de uma Regra de Formação Palavra (RFP). Assim sendo, convém analisar de uma maneira mais sistemática essa compatibilidade no caso de três sufixos do português.

FLP 20(1)

4.1 O sufixo *-al*

Said Ali (1921[2001]) explica que o sufixo *-al* provém do sufixo latino *-alis* que, por sua vez, deriva de um antigo elemento *-li*. No português contemporâneo, tal afixo especializou-se em diferentes usos, de tal forma que o tipo de base com que ele se combina determina se sua contribuição é apenas categorial (em última análise, sintática) ou semântica⁵. A respeito disso, a maioria dos linguistas concorda que existem, pelo menos, três RFPs que envolvem *-al*; cada uma delas é apresentada no esquema em (2).

- (2) (a) *-al*₁: B_N S_{al} → P_A
 (b) *-al*₂: B_A S_{al} → P_A
 (c) *-al*₃: B_N S_{al} → P_N

A RFP exemplificada por (2a) prevê que uma base nominal B se adjunge ao sufixo *-al*₍₁₎ gerando como produto (P) um adjetivo; esse é o caso de, por exemplo, *teatro/teatral*, *semana/semanal*, *braço/braçal*, *carne/carnal* etc. Por sua vez, (2b) esquematiza a RFP por trás da formação de adjetivos a partir de bases igualmente adjetivais, tais como *materno/maternal*, *fraterno/fraternal*, *divino/divinal*, *celeste/celestial* etc. Quanto a (2c), trata-se da regra que forma nomes que expressam a ideia de coletividade, como em *pântano/pantanal*, *laranja/laranjal*, *banana/bananal*, *arroz/arrozal* etc.⁶.

Com relação a *-al*₁ (doravante, apenas *-al*), os morfólogos consensualmente reconhecem que se trata de um sufixo muito produtivo em português contemporâneo; a respeito dessa produtividade, Rocha (1998) entende que a RFP desse afixo envolve frequentemente a lexicalização rizomorfêmica, tais como os exemplos em (3). No entanto, o presente trabalho defende que, ao invés de tratar formas como lexicalizadas, essas estruturas envolvem um sufixo que seleciona não somente radicais (para a aplicação da RFP), mas mais especificamente radicais que têm o traço [+ERUDITO]; portanto, as formas que se adjungem a ele espelham formas latinas⁷.

- (3) (a) [boca]_N S_{al} → [bucal]_A / *[bocal]_A – (do latim *bucae*) – 1813.
 (b) [dedo]_N S_{al} → [digital]_A / *[dedal]_A⁸ – (do latim *digit*) – 1844.

⁵ Rocha (1998), por exemplo, classifica essas formas como instâncias de sufixos homófonos, ou seja, na sincronia, sufixos diferentes, mas com a mesma forma.

⁶ Dois casos morfológicos especiais devem ser mencionados: *milharal* e *matagal*. Cunha (2010) explica que *milharal* advém da curiosa formação #*milhalal* que envolve a duplicação do sufixo *-al* (com o mesmo sentido de coletividade), mas que, por dissimilação do [l] intervocálico, entra na língua com a forma atual – no século XVI. Quanto a *matagal*, o autor comenta que é possível que o [g] antes do sufixo diga respeito a uma consoante de ligação – fenômeno que se atesta também na forma #*matagoso* no século XX.

⁷ Vale a pena lembrar que, em latim clássico, o radical de uma palavra era obtido a partir da sua forma de genitivo singular. Logo, tal estrutura criou uma oposição entre a forma erudita retirada do genitivo e a forma acusativa, lexicogênica do português por evolução fonética.

⁸ O fato de existirem os nomes *dedal* (instrumento usada pela costureira), *manual* (livro didático) e *bocal* (lugar onde se encaixa a lâmpada) é uma pista de que a exigência de tal traço não recai sobre todas as RFPs *-al*. Para esses casos em que o produto é um nome (e não um adjetivo), a regra de formação é diferente – como pode ser observado em (2).

- (c) [mão]_N S_{al} → [manual]_A / *[mãozal]_A – (do latim *manus*) – séc. XVI.
- (d) [tempo]_N S_{al} → [temporal]_A / *[tempal]_A – (do latim *temporis*) – séc. XIII.
- (e) [mês]_N S_{al} → [mensal]_A / *[mesal]_A – (do latim *mensis*) – 1813.
- (f) [corpo]_N S_{al} → [corporal]_A / *[corpall]_A – (do latim *corporis*) – séc. XX.
- (g) [lei]_N S_{al} → [legal]_A / *[leial]_A – (do latim *legis*) – séc. XV.
- (h) [vida]_N S_{al} → [vital]_A / *[vidal]_A – (do latim *vitalis*) – séc. XII.

Interessante notar que os radicais com o traço [+ERUDITO] são os mesmos que aparecem em outras construções que, segundo Rio-Torto (2014), também requerem uma base erudita, tais como *corporificar*, *temporizar*, *corpóreo* etc. – o que é uma pista de que essas formas não estão (plenamente) lexicalizadas na língua, já que figuram em outros processos morfológicos produtivos. Naturalmente, para uma outra série de palavras formadas pela mesma regra, como a encontrada em (4), não parece haver uma lexicalização do radical, já que a forma encontrada no nome base e no adjetivo é a mesma; contudo, tais exemplos não obstam a análise proposta, já que para algumas bases/produtos, a forma [+ERUDITO] e a [–ERUDITO] são idênticas.

- (4) (a) [dente]_N S_{al} → [dental]_A – (do latim *dentis*) – 1844.
- (b) [língua]_N S_{al} → [lingual]_A – (do latim *linguae*) – 1813.
- (c) [morte]_N S_{al} → [mortal]_A – (do latim *mortis*) – séc. XVI.
- (d) [carne]_N S_{al} → [carnal]_A – (do latim *carnis*) – séc. XIII.

A partir das datas⁹ de entrada das palavras em (3) e (4), é possível fazer uma generalização interessante: durante (pelo menos) sete séculos, adjetivos derivados de nomes latinos têm adentrado a língua portuguesa seguindo uma mesma “deriva derivacional”, qual seja, a de apresentar um radical erudito. Isso é uma evidência para mostrar que independentemente das razões (extralinguísticas) e do período histórico da entrada desses adjetivos, eles parecem estar sofrendo a mesma regra derivacional e, por consequência, respeitando as mesmas exigências/preferências.

Além disso, uma outra evidência em favor de considerar a RFP *-al* como um dispositivo que requer radicais com o traço [+ERUDITO] é o fato de existir um outro sufixo em português, formador de adjetivos a partir de bases nominais, que é compatível somente com bases de traço [–ERUDITO], como exemplificam os exemplos em (5) para a RFP *-udo*¹⁰.

- (5) (a) [boca]_N S_{udo} → [bocado]_A / *[bucudo]_A.
- (b) [mão]_N S_{udo} → [mãozudo]_A / *[manudo]_A.
- (c) [dedo]_N S_{udo} → [dedudo]_A / *[digitudo]_A.
- (d) [peito]_N S_{udo} → [peitudo]_A / *[peitorudo¹¹]_A.

⁹ Segundo Cunha (2010).

¹⁰ É verdade que *-al* e *-udo* não dão a mesma contribuição semântica/pragmática; todavia, esta análise se debruça somente sobre a natureza categorial dessas bases.

¹¹ Em latim *pectus/pectoris*. A respeito disso, sabe-se que na passagem do latim clássico para o latim vulgar, os grupos consonantais em que a segunda consoante é dental (no caso, [t]) tendiam a se desfazer pela perda da consoante inicial (no exemplo, [k]), que se assimilava à segunda, vocalizando-se ou caindo.

Ainda sobre a RFP *-al*, vale a pena observar que, embora se trate de uma regra bastante produtiva, ela não é adequada para formar adjetivos de nomes emprestados de outras línguas, tais como **showzal* (do inglês, *show*) ou **shopping(z)al* (do inglês, *shopping*), ainda que haja tanto *teatro/teatral* e *música/musical* quanto *comércio/comercial* e *centro/central* – respectivamente dentro dos mesmos campos morfossemânticos. Cumpre notar que essa restrição não parece pesar sobre a aplicação de uma RFP que forma diminutivo, por exemplo, como atestam *showzinho* e *shoppingzinho* – embora seja justo mencionar que a formação de diminutivos em português tem um estatuto distinto de outras RFPs sobretudo no tipo de restrição que impõe.

Finalmente, a postulação de uma regra que requeira que o radical que se adjuge ao sufixo *-al* tenha o traço [+ERUDITO] fornece um outro tipo de explicação para um fato que alguns linguistas têm considerado como instância de alomorfa condicionada fonologicamente, a saber, a de que palavras que terminam em /sãw/, quando submetidas à RFP *-al*, são substituídas pelo alomorfe /sioN/, como é visto em *nação/nacional*, *situação/situacional*, *comunicação/comunicacional* etc. Entretanto, se esse fosse um fenômeno com condicionamento fonológico (e não morfológico), seria de se esperar que houvesse a forma **coracional* de *coração* (em vez de *cordial* – do latim *cordis*) e igualmente que *racional* derivasse de *ração* e não de *razão* (do latim *rationis*¹²).

Ademais, a postulação da exigência do traço [+ERUDITO] está em convergência com a análise de Câmara Jr. (1970) no que toca às “formas teóricas” a partir das quais se formam o plural dos nomes terminados em *-ão*. Para o autor, a flexão de número nesses casos requer a substituição da forma de superfície por uma forma teórica – entendida neste trabalho como uma que tem o traço [+ERUDITO] – como, por exemplo, em *leão > leoN-es > leões*, *irmão > irmaN-os > irmãos* e *pão > paN-es > pães*).

A despeito desse fenômeno, como já antecipado, alguns autores tratam-no como instância de evolução fonético-fonológica (e não morfofonológica, por exemplo). Williams (1961) entende que, no caso do *-n-* intervocálico latino, em palavras cuja primeira vogal era tônica como entre *a* e *o*, *o* e *e* e *a* e *e*, a ressonância nasal permaneceu e essas combinações posteriormente se tornaram ditongos nasais¹³. Sob a mesma perspectiva, Mattos-e-Silva (2006) comenta que a queda do *-n-* intervocálico está na origem dos ditongos nasais /ãw/, /õy/ e /ãy/; segundo a autora, historicamente, o hiato precede a ditongação, que põe em contato vogais (de faixas e alturas distintas) que estavam em sílabas diferentes.

De todo modo, paralelamente à evolução fonética que culminou na neutralização de três formas em *-ão* no singular, as estruturas que aparecem na base das formas plurais são as mesmas encontradas em processos derivacionais, tais como em *leonino*, *irmandade* e *panificadora* respectivamente, constituindo evidência tanto para

¹² A diferença entre a forma latina *ration* em oposição à forma erudita, *racion*, que antecede o sufixo *-al* pode ser explicada pelo fato de que na passagem do latim vulgar para o português, o grupo consonantal /tj/ (ou seja, com uma oclusiva alveolar surda antecedendo uma semivogal) passa a uma pronúncia palatal, isto é, uma fricativa alveolar surda. Tal mudança fonética pode ser expressa pela regra [t] → [s] / _ [j].

¹³ Para Williams (1961, p. 82), em palavras eruditas, o sufixo *-ano* substitui o sufixo *-ão*, como no par *castelhão* (português arcaico) e *castelhano* (português moderno).

a afirmação de que isso é um fenômeno morfo(fono)lógico (e não somente fonológico) quanto para a possibilidade de entender que tais formas não se encontram lexicalizadas na língua, mas que aparecem para satisfazer exigências morfológicas específicas.

Ainda sobre os adjetivos formados pela RFP *-al*, convém tecer algumas considerações acerca de casos particulares. Como já mencionado, essa RFP requer que a peça morfológica que lhe serve de base seja um radical e, segundo a presente análise, um radical erudito; assim sendo, a natureza dessa exigência possibilita que se encontrem adjetivos formados por *-al* que não apresentem um nome correspondente em português; esse é o caso de *pluvial*, *fluvial*, *trivial*, *fatal*, *letal*, *naval*, *litoral* e *imoral/amoral* – derivados das formas latinas *pluvia* ('chuva'), *fluvius* ('rio'), *triuium* ('divisão inferior'), *fatum* ('sentença divina'), *letum* ('morte'), *navis*¹⁴ ('navio'), *litus/litor(is)* ('praia') e *mos/mor(is)* ('moral, costume'). O mesmo caso se verifica nos adjetivos *mal*, *igual*, *atual*, *anual* e *natal* (como em *cidade natal*) que não apresentam um nome correspondente, porque seus radicais provêm dos adjetivos latinos *malis*, *aequalis*, *actualis*, *annualis* e *natalis* respectivamente.

Um outro caso particular é o do adjetivo *capital* (século XIV), formado pela mesma RFP, que provém do radical latino de *capitis*, que denotava tanto 'relativo à cabeça' quanto 'principal, proeminente'; todavia, no português contemporâneo, a relação com *cabeça* não se manteve (à exceção de *decapitar*); no estágio atual da língua, em *capital* (como em *cidade capital* e *pecado capital*) não há uma base nominal que ocorra como forma livre. O mesmo ocorre com o adjetivo *cabal* (século XII), cujo radical deriva, por mutação fonética, do mesmo radical latino.

Além disso, a coexistência de formas latinas eruditas ao lado de formas nativas de origem latina por evolução morfofonológica enseja o surgimento de dois fenômenos: o primeiro é o de vocábulos que, em latim, consistiam de duas formas distintas, mas que em português, apresentam uma única, como *real* (século XV) – relativo a 'coisa', do latim *res* – e *real* (século XIII) – relativo a 'rei', em latim *regis* – que sofreu a queda da oclusiva velar intervocálica.

O segundo caso é o de pares de vocábulos que apresentam a mesma origem latina, mas que constituem duas palavras diferentes em português, como *legal* e *leal*. Da raiz latina de *legis* (*lei*), surgiram os dois adjetivos em português: *leal* (século XIII) e *legal* (século XV); com base no período de entrada na língua¹⁵, é possível supor que *leal* tenha sofrido a queda da oclusiva velar intervocálica [g] e tenha se especializado com outra contribuição semântica que não a de 'relativo à lei', papel reassumido por *legal*, dois séculos mais tarde.

Além destes, dois adjetivos merecem atenção especial, a saber, *pessoal* e *geral*. Estes não apresentam um radical [+ERUDITO]¹⁶, porque as palavras que lhes originam

¹⁴ A distinção fonética entre *naue* e *naval* (e entre muitos casos do português contemporâneo) pode ser explicada pela transformação da semivogal /w/ (grafada como *u*) em uma fricativa labiodental /v/ (inexistente na variedade clássica) na passagem do latim clássico para o latim vulgar, que se manteve em português.

¹⁵ Conforme Cunha (2010).

¹⁶ Ainda que o vocábulo *personal* exista em português, sabe-se que diacronicamente, ele é fruto de um empréstimo do inglês *personal trainer* que, nessa língua, se configura como um adjetivo, mas que, em

–*personae* (‘pessoa’) e *generis* (‘relativo a gênero’) – pertencem a um grupo de palavras que sofreu mudanças fonéticas na passagem do latim para o português; no entanto, convém observar que a compatibilidade de *-al* com bases eruditas pode ser constatada em outras formas tais como *personalizar*, *personalidade* (**pessoalizar*, **pessoalidade*) e *generalizar* (**geralizar*) respectivamente. Sob essa mesma perspectiva, é interessante observar que com RFPs que não requerem um traço erudito, como a de formação de advérbios em *-mente*, os juízos de gramaticalidade são contrários (*pessoalmente* e *geralmente*, mas **personalmente*, **generalmente*).

Finalmente, restam os casos de adjetivos terminados em *-al*, que não constituem exemplos da aplicação da RFP que requer uma base erudita, mas sim se apresentam como instâncias de verdadeiras coincidências diacrônicas¹⁷: *banal* e *boçal*. O radical *ban-* não refere nada em português, ele ocorre apenas na forma adjetival (e derivados); esse adjetivo provém do francês (século XVIII) *banal*, com sentido de ‘corriqueiro, trivial, ordinário’ – como em português contemporâneo. Da mesma forma, não há nada em português (ou latim) que faça referência a um radical *boç-*; especula-se, porém, que *boçal* tenha vindo do italiano *bozza* (‘pedra talhada de maneira rudimentar’) que legou ao adjetivo o sentido de ‘grosseiro, grotesco’.

4.2 O sufixo *-ar*

Como explica Said Ali (1921[2001]), o sufixo *-ar* provém do sufixo latino *-aris* – que da mesma que maneira que *-alis*, deriva de um antigo elemento *-li*, transformando *-alis* em *-aris* por dissimilação. Em português contemporâneo, a RFP que envolve o sufixo *-ar* é formadora de adjetivos a partir de bases nominais, como ilustra a regra em (6).

$$(6) \text{ } -ar: B_N S_{ar} \rightarrow P_A$$

Adicionalmente, assim como no caso de *-al*, *-ar* parece tanto requerer que um radical (e não uma palavra) sirva de base para a sua aplicação quanto revelar preferência por radicais que contenham o traço [+ERUDITO], como indica (7). Assim como no caso daqueles formados pela RFP *-al*, os adjetivos denominais formados por *-ar* também são tratados como instâncias de lexicalização rizomorfêmica por Rocha (1998).

- (7) (a) $[regra]_N S_{ar} \rightarrow [regular]_A / * [regrar]_A$ – (do latim *regulae*) – século XIV.
 (b) $[povo]_N S_{ar} \rightarrow [popular]_A / * [povar]_A$ – (do latim *populi*) – 1873.
 (c) $[saúde]_N S_{ar} \rightarrow [salutar]_A / * [saudar]_A$ – (do latim *salutis*) – século XVI.
 (d) $[lua]_N S_{ar} \rightarrow [lunar]_A / * [luar]_A$ – (do latim *lunae*) – século XIII.
 (e) $[estrela]_N S_{ar} \rightarrow [estelar]_A / * [estrelar]_A$ – (do latim *stellae*)¹⁸ – 1881.

português (devido a uma relexicalização categorial provocada pela supressão de *trainer*), ele se comporta como um nome.

¹⁷ Na análise de Rocha (1998), por exemplo, esses radicais seriam tratados como instâncias de *basóides*, isto é, peças morfológicas que servem de base para a aplicação de uma RFP (no caso, *-ar*), mas que isolados não referem nada na língua. Casos como esses ficaram conhecidos na literatura como exemplos do problema do “morfema *cranberry*”.

¹⁸ Levando em conta a prótese da vogal [e] na passagem do latim para o português.

- (f) [olho]_N S_{ar} → [ocular]_A / *[olhar]_A – (do latim *oculi*) – século XII.
 (g) [cabelo]_N S_{ar} → [capilar]_A / *[cabelar]_A – (do latim *capili*) – 1844.
 (h) [orelha]_N S_{ar} → [auricular]_A / *[orelhar]_A – (do latim *auriculae*¹⁹) – 1813.

Sob a mesma perspectiva, assim como no caso de *-al*, existem bases com traço [+ERUDITO] que se adjungem a *-ar* que apresentam a mesma forma das bases com o traço [–ERUDITO], o que pode ser observado em (8).

- (8) (a) [círculo]_N S_{ar} → [circular]_A – (do latim *circuli*) – 1813.
 (b) [família]_N S_{ar} → [familiar]_A – (do latim *familiae*) – século XIII.
 (c) [exemplo]_N S_{ar} → [exemplar]_A – (do latim *exempli*) – século XVI.
 (d) [sol]_N S_{ar} → [solar]_A – (do latim *solis*) – 1542.

No domínio dos casos particulares para esse sufixo, existem adjetivos que apresentam um radical latino em sua estrutura, mas que não dispõem de um nome correspondente a ele empregando o mesmo radical, isso pode ser observado em *militar* (século XVI), *peculiar* (século XIX), *similar* (século XIX) e *vulgar* (século XIV), por exemplo, cujos radicais apareciam em *miles* ('soldado'), *peculium* ('propriedade particular de/a um indivíduo'), *simile* ('semelhança') e *uulgus* ('povo'). Além destes, há o adjetivo *particular* (século XV) que deriva da forma diminutiva latina²⁰ *particula* cujo radical provém de *partis* ('parte', 'porção pequena') seguida do sufixo formador de diminutivo *-culus/-a/-um*.

Com base em todos esses exemplos, assim como no caso de *-al*, ao atentar para a data de entrada²¹ de tais vocábulos na língua, é possível concluir que independentemente do momento histórico em que isso ocorreu, tais adjetivos parecem estar obedecendo à mesma regra derivacional, a saber, a que requer um radical erudito.

Por fim, da mesma maneira que ocorre com o sufixo *-al*, os mesmos radicais com traço [+ERUDITO], que aparecem em (7), não se combinam bem com RFPs que requerem uma base (uma palavra ou um radical) não erudita, como atestam os exemplos que seguem.

- (9) (a) [cabelo]_N S_{udo} → [cabeludo]_A / *[capiludo]_A.
 (b) [orelha]_N S_{udo} → [orelhudo]_A / *[auriculudo]_A.
 (c) [olho]_N S_{udo} → [olhudo]_A / *[oculudo]_A.
 (d) [pelo]_N S_{udo} → [peludo]_A / *[piludo]_A²².

Com relação a (9c), convém mencionar que, na verdade, o produto com o sufixo *-udo* relativo a *olho* mais produtivo no português vernáculo é *zoiudo*, forma que sofreu mutações fonéticas adicionais, provavelmente tomando por base *zoió*,

¹⁹ Na verdade, a palavra do latim clássico que significava *orelha* era *auris*; porém, sabe-se que o vocábulo que deu origem a *orelha* em português é resultado da evolução fonética de *auricula* – que literalmente correspondia a *orelinha*, no diminutivo – dado que sua forma de base continha o sufixo *-culus*, formador de diminutivos naquela língua.

²⁰ Assim como ocorre com *orelha* (de *auricula*), *abelha* (*apicula*) etc.

²¹ Conforme Cunha (2010).

²² Do latim *pilus/pili*, cf. *depilação*.

seguindo a evolução morfofonológica: *os olhos* > *os olho* (queda da marca de plural) > *os oio* (palatalização) > *o xioio* (reconstrução silábica) – forma igualmente vernácula, portanto, [-ERUDITO].

4.3 O sufixo *-(i)dade*

No que toca ao sufixo *-(i)dade*, Said Ali (1921[2001]) explica que ele deriva do sufixo latino *-tate* – formador de nomes abstratos a partir de adjetivos. Como já comentado, os sufixos *-al* e *-ar* requerem que a peça morfológica que lhe serve de base seja a de um radical (e não a de uma palavra, por exemplo). No caso, de *-(i)dade*, é possível afirmar que ele se combina tanto com palavras, como mostram os exemplos em (10a), quanto com radicais – como atestam os exemplos em (10b).

- (10) (a) [real]idade, [felic]idade, [mal]dade.
(b) [fidel]idade, matur[idade], [amiz]ade.

A respeito dos casos em (10a) – e de muitos outros da língua – o processo de derivação para a RFP *-(i)dade* é transparente: toma-se um adjetivo como base, tendo como produto um nome abstrato; adicionalmente, no que toca aos exemplos em (10b), isto é, aos casos em que a base da RFP é um radical, o presente trabalho novamente defende a hipótese de que existe uma exigência de que esse radical contenha o traço [+ERUDITO]. Isso explicaria, por exemplo, por que adjetivos emprestados do inglês, tais como *light*, *sexy*, *diet* e *top* não são compatíveis com esse sufixo (**lightidade*, **dietidade*, **sexy(h)idade*, **top(ih)idade*²³), mesmo que não fosse violada nenhuma restrição fonotática ou categorial da língua.

Nos casos em questão, há *fidelidade* (século XVI), e não **fielidade*²⁴, em que aparece a forma do radical latino que se vê em *fidelis* ('fiel', 'de confiança'); quanto a *maturidade* (século XIX), sabe-se que o radical que aparece é o latino (de *maturus*) e não o do adjetivo vernáculo *maduro*, que ocorre em *madureza*, por exemplo – o que é uma pista de que diferentes RFPs podem requerer peças morfológicas de natureza (ou seja, traços) distinta.

No que toca a *amizade* (século XIII), Cunha (2010) comenta que o percurso histórico dessa palavra foi *amicitate* (em latim) > *amizidade* > *amizdade* > *amizade*, em que o [k] do radical latino parece ter sofrido o processo de sonorização das oclusivas intervocálicas, do qual se seguiu a palatalização das velares antes de vogais anteriores e, finalmente, a síncope do [d] do sufixo. De todo modo, existem outros casos (como *vontade*, do latim *voluntate*) de palavras que apresentam esse sufixo, mas tiveram histórias particulares.

De todo modo, o fenômeno morfológico mais interessante que norteia a aplicação da RFP *-(i)dade* é aquele que toma como base adjetivos (sobretudo deverbais) terminados em *-vel* (*amável*, *produtível*, *solúvel* etc.), a saber, a exigência de que os vocábulos terminados por *-vel* quando submetidos à RFP *-idade* acionam o alomorfe *-bil-* (visto em *amabilidade*, *produtibilidade*, *solubilidade* respectivamente). Visto que esse não é um caso de alomorfia com condicionamento fonológico (já que

²³ A forma *topze(i)ra*, derivada de *top*, já é encontrada no português vernáculo contemporâneo.

²⁴ Ainda que Cunha (2010) ateste a existência dessa forma no século XIV.

nenhuma das formas viola alguma restrição fonotática do português), a maioria dos morfólogos entende que a distribuição complementar entre *-vel/-bil-* constitui um exemplo de alomorfia puramente morfológica.

Entretanto, como já afirmado, a presente análise defende que a RFP *-(i)dade* requer que a peça morfológica que lhe serve de base (no caso, o sufixo *-vel*) contenha o traço [+ERUDITO], e o alomorfe *-bil-* satisfaz justamente essa exigência (uma vez que é essa a forma que aparecia em latim). Na verdade, a ideia de que *-bil-* é uma instância de “requerimento diacrônico” do sufixo *-idade* não é nova. Said Ali (1921[2001], p. 176) afirma que “se o termo termina em *-ável*, *-ível*, *-úvel*, restitui-se lhe a forma latina primeiro que se forme o derivado”.

Além disso, Câmara Jr. (1976, p. 217), sobre o sufixo *-vel*, alega que “o português clássico introduziu a variante erudita *-bil-* que se conserva para dar a forma básica de novos derivados dos adjetivos em *-vel*”. De todo modo, o caso é o de que em português vernáculo contemporâneo a produtividade de *-vel* (e, portanto, de *-bil-*) vai muito além dos adjetivos de origem latina.

Para citar apenas um exemplo, *surf* é uma palavra de origem inglesa que legou ao português o nome *surfe* e, logo, o verbo denominal *surfear*; por consequência, é possível dizer que uma onda é *surfável* ou ainda discorrer sobre o grau de *surfabilidade* de uma onda²⁵. Sob essa perspectiva, é plausível a afirmação de que esses vocábulos não existiam em latim e, portanto, *surfabilidade* não pode, por exemplo, preservar a memória de um estágio anterior da língua (como a forma em *-bil-*, também encontrada em português arcaico).

Sendo esse o caso, parece razoável considerar que, de fato, o sufixo *-idade* requer que adjetivos terminados em *-vel* sejam substituídos por um alomorfe [+ERUDITO], mesmo para o caso de vocábulos que nem sequer existiam em latim. Dessa forma, partindo da análise proposta, é coerente concluir que as peças morfológicas, sejam elas afixos ou radicais, submetidas à RFP *-(i)dade* devem apresentar uma forma (ou um alomorfe) com o traço [+ERUDITO].

FLP 20(1)

5 PALAVRAS FINAIS: LIMITES ENTRE DIACRONIA E SINCRONIA

O presente trabalho constitui uma tentativa de fornecer explicações para alguns fenômenos morfológicos do português, mesclando alguns pressupostos teóricos e metodológicos tanto da linguística diacrônica quanto da linguística sincrônica, embora tenha sido necessário (naturalmente) excluir pressupostos e métodos de análise das duas correntes para que essa interface fosse possível.

Esta análise se distancia da abordagem diacrônica na medida em que trata da maneira como a competência linguística (e, sobretudo, morfológica) do falante nativo concebe os processos de formação de palavras. No que respeita à perspectiva sincrônica, este estudo diverge de seus pressupostos no sentido de que não considera determinados fenômenos morfológicos como plenamente idiossincráticos e não trata como instâncias de lexicalização “problemas” morfológicos transparentes de um ponto de vista histórico.

²⁵ Exemplos de Maria Cristina Figueiredo Silva (comunicação pessoal).

Por outro lado, a presente análise está em convergência com uma abordagem diacrônica na medida em que defende que a história da língua enseja a explicação de um grande número de fenômenos linguísticos constatados na sincronia. Com a perspectiva sincrônica, este trabalho compartilha a ideia de que a competência linguística do falante nativo, sem acesso a estágios anteriores da língua, é plenamente autossuficiente no que toca à criatividade/produtividade lexical e, nesse caso, morfológica.

Em síntese, à parte convergências e discrepâncias, o presente trabalho defende que determinadas operações morfológicas refletem as suas origens históricas e que a competência linguística do falante é sensível a aspectos diacrônicos e translinguísticos. O falante não sabe, mas a língua sabe. Conforme assume Rio-Torto (2014), o contínuo entre latim e português não apaga a existência de padrões, recursos e produtos genolexicais similares.

A despeito disso, vale a pena frisar que este trabalho reconhece o dilema epistemológico que subjaz à presente análise; sob essa perspectiva, Viaro (2012) entende que a síntese utópica entre as duas linguísticas não é desejável, já que são facetas distintas de uma única ciência da linguagem; contudo, para o autor, a postulação de um léxico poderoso – repleto de bloqueios *ad hoc* – acolhe recortes artificiais desde que satisfaçam alto grau de previsibilidade, à custa da verdade documental que frequentemente a contradiz. Na base dessas asserções, o presente trabalho propõe uma releitura de alguns fenômenos morfológicos ditos “idiossincráticos” à luz de uma explicação que se ancora na gênese lexical.

No que diz respeito aos fenômenos analisados, este estudo tentou mostrar que algumas regras de formação de palavras plenamente produtivas no português contemporâneo são sensíveis à natureza da peça morfológica que lhes serve de base, isto é, se são palavras nativas ou palavras estrangeiras, radicais nativos ou radicais eruditos. Naturalmente, existem casos de palavras que não se enquadram como produtos prototípicos de RFPs produtivas, mas não porque impõem restrições que pesam sobre tais processos morfológicos, e sim porque sofreram mutações fonéticas (gerais ou particulares) ao longo da história da(s) língua(s).

Como é bem sabido, as línguas clássicas serviram e continuam servindo como língua de adstrato permanente. Sempre que necessário os falantes recorrem ao latim e ao grego na busca de termos e/ou radicais para cunhar novas palavras e, ao transplantá-los para o português, tais peças morfológicas e/ou lexicais passam a obedecer aos princípios morfológicos da língua de chegada. E a hipótese defendida no presente trabalho é a de que a manipulação das peças morfológicas (nesse caso) eruditas não é fortuita, mas oferece restrições e revela preferências por determinadas combinações em detrimento de outras.

Conforme a presente análise, o vocábulo *corpo*, por exemplo, tem o radical [–ERUDITO] *corp-*, que aparece em *corpão*, *corpinho*, e possui um alomorfe [+ERUDITO] *corpor-*, que ocorre em *corpóreo*, *corporal*, *corporificar*; tal alomorfe é acionado quando for uma exigência da RFP que a base seja erudita. Do mesmo modo, *maduro* tem dois radicais: um [–ERUDITO] *madur-*, visto em *madureza*, *amadurecer*, e outro [+ERUDITO] *matur-* encontrado em *imaturo*, *maturidade*, *maturar*.

FLP 20(1)

Por hipótese, qualquer peça morfológica (erudita ou estrangeira) quando inserida no léxico português vai revelar algum tipo de restrição ou preferência quanto às combinações em que pode ocorrer, sem que o falante tenha a menor consciência da etimologia da forma inserida ou mesmo de estágios anteriores da língua. Esse tipo de informação, de que a competência morfológica já parece dispor, é inclusive uma maneira mais elegante de tratar casos comumente concebidos como alomorfia “puramente” morfológica ou ainda de lexicalização. As restrições e as preferências de combinação parecem apontar para uma direção em que existem explicações de outra natureza para um grande número de (aparentes) idiossincrasias e de casos de lexicalização morfológica e que, inclusive, podem ser (de alguma maneira) decodificadas na gramática/competência do falante nativo.

REFERÊNCIAS

- Brinton LJ. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: Bertinetto PM; Bianchi, V; Higginbotham J; Squartini M, editores. Temporal reference, aspect and acionality. Torno: Rosenberg & Sellier; 1995. p. 27-45.
- Câmara Jr JM. Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes; 1970.
- _____. História e estrutura da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão; 1976.
- Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon; 2010.
- Gonçalves CA. Morfologia construcional: uma introdução. São Paulo: Contexto; 2016.
- Kato MA. A gramática nuclear e a língua-i do brasileiro. In: Martins MA, organizador. Gramática e ensino. Natal: EDUFRN; 2013.
- Mattos-e-Silva RV. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.
- Neves MH de M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Rio-Torto MG. Desafios em Morfologia: história e (re)conhecimento. In: Viaro ME, organizador. Morfologia histórica. São Paulo: Cortez; 2014. p. 31-57.
- Rocha LCA. Estruturas morfológicas do português. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
- Said Ali M. Gramática histórica da língua portuguesa. 8ª ed. Brasília: Editora da UnB; 2001[1921].
- Teyssier P. História da língua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Viaro M. Linguística da comunicação e linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de morfologia. Estudos Linguísticos. 2012; 41(1):277-290.
- Williams EB. Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1961.

FLP 20(1)